



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS - 4ª VARA

gestão fraudulenta de instituição financeira (Lei nº 7.492/86, art. 4º), item V, com a ressalva do Ministro Marco Aurélio, que acompanhou o relator, mas sem prejuízo de desclassificação para o parágrafo único do artigo 4º da Lei nº 7.492/86, e quanto à evasão de divisas (Lei nº 7.492/86, art. 22, parágrafo único), item VIII, 14) quanto à denunciada **Ayanna Tenório Tôrres de Jesus**, por unanimidade, recebeu a denúncia com relação aos delitos de formação de quadrilha (art. 288 do CP), item II; de lavagem de dinheiro (Lei nº 9.613/98, art. 1º, incisos V, VI e VII), item IV, com a ressalva da Senhora Ministra Cármen Lúcia e dos Senhores Ministros Ricardo Lewandowski e Eros Grau relativamente à imputação do inciso VII do artigo 1º da Lei 9.613/98, e de gestão fraudulenta de instituição financeira (Lei nº 7.492/86, art. 4º), item V, com a ressalva do Ministro Marco Aurélio, que acompanhou o relator, mas sem prejuízo de desclassificação para o parágrafo único do artigo 4º da Lei nº 7.492/86; e, também por unanimidade, rejeitou-a quanto ao delito de evasão de divisas (Lei nº 7.492/86, art. 22, parágrafo único), item VIII. () Tudo nos termos do voto do Relator. Votou a Presidente em todos os quesitos. Em seguida, o Tribunal a unanimidade, acolheu a proposição do Senhor Ministro Cezar Peluso no sentido de deixar consignado que o Ministro Relator desde logo possa expedir os atos instrutórios necessários, independentemente de ingresso ou apreciação de embargos declaratórios. Plenário, 28.08.2007. "(Assevere-se que foram criados os delitos considerado antecedentes da lavagem no caso em tela)"

Assim posto, como já afirmado, o fato de ROGERIO LANZA TOLENTINO não ter participado de certos crimes antecedentes narrados na denúncia da AP no 470/STF – e, por isso, não ter tido contra si recebida a denúncia - não exclui a possibilidade de que tenha realizado a ocultação ou dissimulação do produto dos crimes antecedentes praticados pelos outros co-réus do processo do mensalão. Reitere-se que consta de um dos excertos da de decisão de recebimento da denúncia, acima destacados, que estes fatos ilícitos envolveram mais 55 milhões de reais (fl. 12.171, AP 470-STF).

Assim, nestes termos, verifico que há prova suficiente da materialidade de crimes contra a Administração Pública, contra o Sistema Financeiro Nacional ou praticados por Organização Criminosa praticados pelos co-réus que representavam a empresa de publicidade SMP&B ou a instituição financeira Banco Rural à época dos fatos, empresas as quais apontadas pelo MPF nesta ação como a origem dos valores que são o objeto material do crime lavagem de dinheiro imputado ao acusado ROGERIO LANZA TOLENTINO



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS - 4ª VARA

3.3.b - Da materialidade dos delitos antecedentes praticados pelo réu ROGÉRIO LANZA TOLENTINO

Da mesma forma que há prova da materialidade dos crimes antecedentes não praticados pelo acusado, nos quais **ROGÉRIO LANZA TOLENTINO** participa apenas como posterior agente do branqueamento ou legalização de parte dos frutos destes delitos antecedentes, há, também, nos autos, prova da materialidade dos delitos antecedentes em que o réu age como co-autor do crime antecedente e autor do delito posterior de lavagem.

Sobre o envolvimento do acusado nos crimes antecedentes praticados no chamado *esquema do mensalão*, consta da decisão de fl. 11881 (AP 470-STF):

"Examina a situação específica do denunciado ROGÉRIO LANZA TOLENTINO.

Embora, como já assinalar anteriormente, o acusado ROGÉRIO LANZA TOLENTINO negue, em sua resposta escrita, que seja sócio de MARCOS VALÉRIO e, com isto, busque afastar os indícios de sua participação nos crimes objeto da denúncia, este fato não é relevante. Assinalo, apenas para registro, que o acusado MARCOS VALÉRIO em inúmeros depoimentos (como o lido acima), contradiz esta afirmação."

Do tópico do voto do Ministro-Relator referente ao acusado (fls. 12194 e 12195), destacam-se as seguintes passagens:

"O denunciado Rogério Tolentino, além de ser o advogado da SMP&B Comunicação LTDA, é sócio das sociedades empresárias 2S Participações Ltda e Rogério Lanza Tolentino Associados.

Tais sociedades, segundo consta do item VI.1 da denúncia, teriam sido utilizadas para o repasse de valores para as empresas Bônus Bonval e Natimar.



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS -- 4ª VARA

(...)

A denúncia demonstra de forma satisfatória, de que forma o denunciado Rogério Lanza Tolentino teria contribuído para a suposta consumação do delito previsto no artigo 333 do Código Penal, especificamente em relação ao Partido Progressista, de que cuida o item VI.1 "

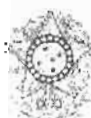
Sobre a imputação de formação de quadrilha ao acusado, foi decidido pela Corte Suprema (fls. 12356/12357)

Deste depoimento podemos concluir que os sócios de MARCOS VALÉRIO e o advogado ROGÉRIO TOLENTINO pretendiam ocultar dos órgãos de fiscalização e da própria polícia os indícios da prática dos crimes narrados na denúncia. Merece destaque o fato de a reunião com o contador das empresas de publicidade de MARCOS VALÉRIO, RAMON HOLLERBACH e CRISTIANO PAZ ter ocorrido no escritório de advocacia do acusado ROGÉRIO TOLENTINO, o que demonstra seu profundo envolvimento com os fatos narrados na inicial acusatória.

Aliás, conclui-se a partir dos indícios constantes dos autos que sua atuação foi tão importante para as empresas quanto a dos próprios sócios, sendo visível que TOLENTINO atuava como verdadeiro braço direito de MARCOS VALÉRIO, acompanhando-o em reuniões com outros acusados, indo à sede de empresas aparentemente envolvidas no suposto esquema de lavagem de dinheiro e inclusive fazendo repasses de dinheiro através de sua empresa, LANZA TOLENTINO & ASSOCIADOS.

Assim, após sólida análise das provas produzidas pelo MPF e pelas defesas em sua resposta (art. 4º da Lei 8038/90), recebeu o e. Supremo Tribunal Federal a acusação contra réu ROGÉRIO LANZA TOLENTINO, nos seguintes termos.

8) quanto ao denunciado Rogério Lanza Tolentino, por unanimidade, recebeu a denúncia com relação aos delitos de formação de quadrilha (art. 288 do CP) item II, e de lavagem de dinheiro (Lei nº 9.613/98, art. 1º incisos V, VI e VII), item IV, com a ressalva da Senhora Ministra Cármen Lúcia e dos Senhores Ministros Ricardo Lewandowski e Eros Grau relativamente à



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS - 4ª VARA

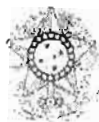
imputação do inciso VII do artigo 1º da Lei 9.613/98 por unanimidade, rejeitou-a quanto aos delitos de peculato (art. 312 do CP), itens III.1, III.2 e III.3, de corrupção ativa (art. 333 do CP), item III.1 (relativo a João Paulo Cunha) e item III.3 (relativo a Henrique Pizzolato), e com relação ao de evasão de divisas (Lei nº 7.492/86, art. 22, parágrafo único) item VIII, quanto ao delito de corrupção ativa (art. 333 do CP), foi a denúncia recebida por unanimidade, referentemente ao item VI.1.a (relativa a Deputados do Partido Progressista), e rejeitada por unanimidade quanto aos itens VI.2.a (relativo a Deputados do Partido Liberal), VI.3.a (relativo a Deputados do Partido Trabalhista Brasileiro) e VI.4.a (relativo a Deputados do Partido do Movimento Democrático Brasileiro).

Frise-se que quanto à imputação do crime lavagem de dinheiro praticado por meio de organização criminosa, não obstante a existência do conceito legal estabelecido pela Convenção das Nações Unidas sobre o Crime Organizado Transnacional (Nova Iorque, EUA, 15/11/2000) - a qual está em vigor no Brasil por força do DL 231/03 e do D. 5015/04 e é denominada *Convenção de Palermo* - adoto entendimento trazido à baila pelo professor JOSÉ PAULO BALTAZAR JUNIOR, ao comentar o referido delito antecedente:

*"A seu turno, o TRF da 3ª Região entendeu que é de ser utilizado para o efeito desse artigo, o conceito de quadrilha ou bando, do art. 288 do CP, quando praticados com as notas características de uma organização criminosa (HC 20060300029749-5/MS, Zauhy, 5ª T, u. 18.09.2006)"*¹⁰

Assim, não obstante o douto julgado oposto pelo defensor, e com a competência que o distingue, entendo que a aplicação do art. 288 do

¹⁰ Crimes Federais, Livramento do Advogado Editeira, 4ª edição, 2009, pag. 381



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS - 4ª VARA

CP, se adequa, teleologicamente aos fins da norma sem a afetar a função de garantia do tipo penal.¹¹

Há, assim, prova da materialidade dos delitos antecedentes de organização criminosa/formação de quadrilha e contra a Administração Pública (art.333 do CP) praticados pelo próprio acusado e há prova suficiente da materialidade de crimes contra a Administração Pública, contra o Sistema Financeiro Nacional ou praticados por Organização Criminosa praticados pelos co-réus que representavam a empresa de publicidade SMP&B ou a instituição financeira Banco Rural à época dos fatos, empresas as quais apontadas pelo MPF, nesta ação, como a origem dos valores que são o objeto material do crime lavagem de dinheiro imputado ao acusado ROGERIO LANZA TOLENTINO

Por fim, frise-se que conclusão diametralmente oposta, impõe-se quanto aos delitos antecedentes referentes à Ação Penal no. 420-STF, seja em razão do art. 299 do CP, não figurar na Lei de regência como crime antecedente do delito de lavagem de capitais, seja em razão da imputação quanto ao delito do art. 4º da Lei 7.492/86 ter sido trancada por meio de ordem de Habeas Corpus emanada pelo próprio Supremo Tribunal Federal (HC 93553-2- MINAS GERAIS, Relator Ministro Marco Aurélio) Vide fls. 881 a 904. Isso posto, quanto a este ponto específico, as conclusões ministeriais lançadas nas alegações finais são manifestamente improcedentes.

3.4 - Da autoria e da materialidade do crime de lavagem de dinheiro

Provados os delitos antecedentes impõe-se então que se verifique se o acusado ROGERIO LANZA TOLENTINO praticou a conduta de ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição,

¹¹ Encontra-se em tramitação avançada no Congresso Nacional o PL. (8578/2009) que, "Dispõe sobre as organizações criminosas, os meios de obtenção da prova, o procedimento criminal e da multa providências."



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª GRAU

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS – 4ª VARA

movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, dos crimes praticados pelo próprio réu ou praticados pelos co-réus do acusado na Ação Penal 470

Narra a denúncia que:

II – Do fato criminoso

Restou demonstrado nos autos que o denunciado ROGÉRIO LANZA TOLENTINO praticou crime de lavagem de dinheiro no período compreendido entre 29 de maio de 2002 e 30 de agosto de 2005, mediante atos de dissimulação e ocultação da natureza, origem, localização, disposição movimentação e propriedade de bens, direitos ou valores provenientes de crimes contra a administração pública, o Sistema Financeiro Nacional e praticados por organização criminosa (art. 288, caput do Código Penal)

A notícia criminosa foi inicialmente divulgada pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras, o qual relatou que, aos 26 de agosto de 2005, a conta de ROGÉRIO LANZA TOLENTINO recebeu TED no valor de R\$ 1.846.000,00 (um milhão, oitocentos e quarenta e seis mil reais), provenientes da empresa Fração Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. Aos 29 de agosto de 2005, ROGÉRIO LANZA TOLENTINO realizou uma TED em favor de seu filho Rafael Tolentino, no valor de R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais). No dia 30 de agosto de 2005, o valor de R\$ 1.602.500,00 (um milhão, seiscentos e dois mil e quinhentos reais) foi remetido da conta de Raphael Tolentino para a instituição financeira Mundinvest S/A Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários (fls. 49).

Tais operações traziam sérios indícios de irregularidades, tendo em vista que, conforme também informado pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, foram identificados depósitos expressivos na conta de número 005245 mantida junto ao Banco Itau S/A BH, Tribunal de Justiça – Belo Horizonte/MG, de titularidade do denunciado ROGÉRIO LANZA TOLENTINO, sendo que o emitente dos cheques depositados foi a empresa SMP&B Comunicações LTDA. (fls. 45).

Tais fatos foram também identificados pelo Relatório de Análise elaborado pelo Ministério Público Federal referente ao exame dos documentos bancários da conta 06002595-2 agência 0009/Assembléia, do Banco Rural, tendo sido constatado que a firma SMP&B efetuou diversos pagamentos diretamente a ROGÉRIO LANZA TOLENTINO por meio de cheques nominais à SMP&B, endossados ao denunciado (fls. 53/71).



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS - 4ª VAGA

(-)

Diante da inequívoca ligação entre ROGÉRIO LANZA TOLENTINO e a empresa SMP&B, iniciaram-se as investigações visando constatar a origem dos valores envolvidos nas transações que envolveram as contas de ROGERIO LANZA TOLENTINO e de seu filho Raphael Tolentino.

Ao prestar depoimento perante o Ministério Público Federal, o denunciado afirmou que os valores que ampararam as transações suspeitas originaram-se de venda de ações que possuía nas empresas Vale do Rio Doce (adquiridas em março e agosto de 2004) e Petrobrás (adquiridas no ano de 2003). Disse o denunciado que vendeu tais ações em agosto de 2005, obtendo o valor total de R\$ 1.845.857,93, apresentando cópia do extrato de sua conta bancária no Banco Itaú referente ao dia 26/08/2005 constando o recebimento de tal quantia (fls. 221/229).

No dia 29/08/2005, o denunciado transferiu, via TED, a quantia de R\$ 1.600.000,00 para a conta de seu filho Raphael Soares Tolentino. Este, no dia seguinte, 30 de agosto de 2005, remeteu de sua conta a importância de R\$ 1.602.500,00 (um milhão seiscentos e dois mil e quinhentos reais), a favor da instituição financeira Mundinvest S/A Corretora.

Acrescentou o denunciado que realizou a transferência da importância acima mencionada porque estava preocupado em ter tal valor penhorado diante da execução que sua empresa Rogério Lanza Tolentino e Advogados Associados estava sofrendo por parte do Banco BMG, razão pela qual preferiu "doar" ao filho o montante que lhe foi transferido.

Importante mencionar que o denunciado não declarou às Receita Federal em sua declaração de ajuste anual, exercício de 2006, que realizou sua suposta doação a favor de seu filho Raphael Tolentino. No âmbito da Receita Estadual, o denunciado não efetuou o pagamento do ITCD (imposto sobre transmissão causa mortis e doação) que tem tal doação como fato gerador (fls. 199/203). O denunciado, tão-somente, informou a Receita Federal a existência de um saldo aplicado na Fração Clube de Investimento em nome do dependente RAPHAEL SOARES TOLENTINO (fls. 203).

()

Conforme se demonstra a seguir, este montante provém da prática reiterada de crimes contra a administração pública, em detrimento do sistema financeiro nacional e cometidos por organização criminosa, que integram o rol de delitos antecedentes ao de lavagem de ativos previsto no art. 1º, caput, da Lei 9.613/98 (incisos V, VI e VII, respectivamente).

III - Da origem ilícita dos recursos



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS - 4ª VARA

O denunciado afirmou que a compra das 10.000 ações da Petrobrás, no ano de 2003, bem como das 9.000 ações da Companhia Vale do Rio Doce, em 2004, teria tido origem em suas atividades regulares como advogado (fls. 221/223). As fls. 264/275, afirmou que os recursos aplicados foram provenientes do recebimento de honorários advocatícios, especificamente recebidos da empresa Rogério Lanza Tolentino e Advogados Associados, apresentando contrato e aditamento de contrato de prestação de serviços para tal empresa. Apresentou também, documentos visando comprovar as distribuições de lucros, nos exercícios de 2003, 2004 e 2005, feitas à sua pessoa, na qualidade de sócio da Tolentino e Melo Assessoria Empresarial.

Todavia, restou comprovada a inverdade de tais afirmações, diante do rastreamento da origem dos valores que ampararam a compra das questionadas ações, por meio de extratos consolidados por intercalação dos dados bancários de agosto de 2003 a agosto de 2005, das contas envolvidas no caso que ficou conhecido como o "Escândalo do Mensalão", assim como de extratos bancários da conta mantida pelo denunciado junto ao Banco Itaú, 5245, entre 09/11/01 e 31/08/05, com identificação de origens e destinos dos recursos movimentados. Foram analisadas, também, suas declarações de imposto de renda, bem como as informações e documentos por ele entregues ao Ministério Público Federal (relatório de Análise n.º 02/An03, fls. 621/690).

Apurou-se que as ações da Petrobrás foram adquiridas integralmente com recursos advindos do fundo de investimento Premio DI, mantido pelo investidor.

(...)

Assim, restou apurado que a maior parte das ações das empresas Petrobrás e Vale do Rio Doce teve origem em recursos provenientes da empresa SMP&B, bem como do próprio Banco Rural e do Tesouro Nacional Brasileiro (por intermédio da SMP&B), assim como em depósitos em dinheiro de enorme suspeição, cujos recebimentos e origens não foram declarados na época própria à Secretaria da Receita Federal pelo denunciado. (GRIFOS NOSSOS)."

Interrogado o acusado às fls. 702/705 disse, em resumo, que negava integralmente a imputação, afirmando que as ações da Petrobras e da Vale do Rio Doce foram declaradas, respectivamente, nas declarações de IRPF de 2004/2005. Que tais ações foram adquiridas "com recursos provenientes do exercício da atividade profissional do interrogando, como advogado, militante desde 1973". Disse, ainda, que vendeu estas ações pagando o imposto devido em 2005. Que no mesmo ano as transferiu

15



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS - 4ª VARA

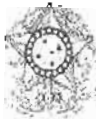
ao seu filho Raphael "por preocupação" em face da existência de uma execução judicial movida pelo banco BMG contra o acusado E. por fim, que tal operação foi declarada a Receita por ambos

Assim, do confronto entre o que dito na denúncia e o que afirmado pelo réu no interrogatório judicial indagar-se-á: qual a verdadeira origem dos valores que compraram as ações das empresas Vale e Petrobrás? Por qual razão foram feitas sucessivas movimentações dos valores da venda destas ações?

No interrogatório judicial, como dito, o acusado afirmou que as ações foram adquiridas *"com recurso provenientes do exercício da atividade profissional do interrogando, como advogado, militante desde 1973"*. Na fase pré-processual (fls. 264/275) esclareceu que *"os valores decorreram integralmente do resultado de meu trabalho no exercício da advocacia, e mais especificamente, de honorários percebidos em razão de contrato de prestação de serviços celebrado pela sociedade do qual sou titular, Rogério Lanza Tolentino e Advogados Associados com a empresa Tercam Engenharia e Empreendimentos Ltda. conforme se apura da cópia de documento anexada ao presente."*

Os documentos referidos são dois contratos do réu com a referida TERCAM em que esta última se obriga a pagar ao acusado R\$ 2.519.786,06 a título de honorários, em razão do acusado, no exercício da advocacia, ter revertido um lançamento fiscal em desfavor da empresa junto à 1ª Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes. Posteriormente, foram juntadas cópias não autenticadas dos recibos das parcelas dos honorários e parte de um documento da Receita, onde são relatadas diligências, mas não as conclusões dos auditores (fls. 290/291)

Há assim, início de prova material destes pagamentos, mas não há prova de com estes valores pagos à empresa ROGERIO LANZA



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS – 4ª VARA

TOLENTINO & ASSOCIADOS LTDA foram a origem dos valores usados pelo próprio acusado para a compra das ações multi-referidas.

Na verdade, a versão do réu sobre a origem se choca e se desmonta com as perícias realizadas, especialmente, com a análise contábil de fls.621 a 630, mais especificamente, nos seus itens n. 06 a 15. Nestes termos, o MPF em sua denúncia, detalhadamente, demonstra que as ações foram compradas com valores com origem diversa da apresentada pelo acusado:

Todavia, restou comprovada a inverdade de tais afirmações, diante do rastreamento da origem dos valores que ampararam a compra das mencionadas ações, por meio de extratos consolidados por intercalação dos dados bancários de agosto de 2003 a agosto de 2005 das contas envolvidas no caso que ficou conhecido como o "Escândalo do Mensalão", assim como de extratos bancários da conta mantida pelo denunciado junto ao Banco Itau, 5245, entre 09/11/01 e 31/08/05, com identificação de origens e destinos dos recursos movimentados. Foram analisadas também suas declarações de imposto de renda, bem como as informações e documentos por ele entregues ao Ministério Público Federal (relatório de Análise n. 02/An03, fls. 621/690).

Apurou-se que as ações da Petrobrás foram adquiridas integralmente com recursos advindos do fundo de investimento Prêmio DI, mantido pelo investigado.

As ações da Companhia Vale do Rio Doce, por sua vez, foram adquiridas em parte com recursos advindos do mesmo fundo de investimento Prêmio DI (R\$ 205.209,14), em parte com recursos advindos de depósito em espécie sem identificação (R\$ 51.618,43) e outra parte com recursos transferidos da sociedade comercial Tolentino e Melo Assessoria Empresarial (R\$ 184.063,73), conforme tabela presente no item 17 do Relatório de Análise Contábil.

Nesse ponto, importante ressaltar que os recursos advindos da sociedade Tolentino e Melo Assessoria Empresarial apenas contribuíram para aquisição de uma pequena parte das ações da Vale do Rio, já que se limitaram ao valor de R\$ 184.063,73.

No que tange ao fundo Prêmio DI, que, como dito, possibilitou a compra integral das ações da Petrobrás e grande parte das ações da Vale do Rio Doce, restou apurado que, ao contrário do que afirmou o denunciado, apenas uma parte reduzida dos investimentos nesse fundo Prêmio DI advieram de valores pagos pela empresa Tercam Engenharia e Empreendimentos LTDA.



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS - 4ª VARA

A maior parte dos recursos investidos nesse fundo de investimentos teve as seguintes origens:

1- cheque depositado na conta do denunciado pela SMP&B aos 29/05/02;

2- depósitos em dinheiro sem identificação;

3- valor remetido pelo próprio denunciado;

4- depósitos, no dia 10.01.03, de três cheques, nos valores de R\$ 80.000,00, R\$ 60.000,00 e R\$ 400.000,00, sendo os dois primeiros mantidos em conta do banco do Brasil, n. 8771, de titularidade de Marcos Valério e o último oriundo de conta mantida pela SMP&B no Banco Rural, conta 60025952. Todavia, apurou-se que os valores originados da conta de Marcos Valério somente transitaram ali de passagem, tendo tido origem na conta da SMP&B, de n. 60025952, mantida no Banco Rural.

Quanto aos recursos descritos no item 4, acima, o rastreamento ainda indicou que provieram, em parte da conta n. 350000066 pertencente ao Banco Rural S/A, e em parte da conta n. 980010205 de titularidade da própria SMP&B. E, ainda analisando-se essa última conta n. 980010205, apurou-se que os valores foram originados em parte da conta Banco Rural n. 350000066 e em parte da conta Banco do Brasil n. 99738084 pertencente ao Tesouro Nacional Brasileiro.

Tais acusações têm arrimo, como afirmado, na perícia de fls 621 a 630 especialmente, nos itens 06 a 12, 16 a 19 e 32 a 35.

Assim resta manifesto o elo entre o crime antecedente (dinheiro obtido por meio de atividades criminosas) que é o objeto da ação na Suprema Corte e o crime de lavagem destes valores dinheiro que é o objeto desta ação na Seção Judiciária de Minas Gerais.

E claro que na lavagem, seja de dinheiro em espécie (cash) ou por sucessivas e elaboradas movimentações ou uso de instrumentos financeiros, esse elo não é tão claro como pode ser na lavagem de bens ou, na receptação de bens, em que um carro, v.g. fruto de um roubo é identificável pelo seu chassi. Na lavagem de dinheiro propriamente dita, o dinheiro lícito confunde-se com o ilícito e a natureza do delito – por não

10



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS – 4ª VARA

deixar vestígios materiais - acaba por impedir a produção de um exame de um corpo de delito, ou seja, a materialidade da lavagem termina por ser demonstrada através da prova indireta ou de indícios.

Sobre estas dificuldades na formação da prova, ensinam os professores MÁRCIA MONASSI MOUGENOT BONFIM e EDILSON MOUGENOT BONFIM¹²:

"Nas investigações e nos processos de lavagem de dinheiro apresentam-se quanto à prova, especialmente duas dificuldades pontuais: 1) determinar a procedência delitiva dos bens, direitos e valores, e 2) demonstrar que o sujeito ativo tinha conhecimento dessa origem. (.)

Em ambas as hipóteses, portanto, possui notável relevância a prova indiciária, pois raramente sobre elas haverá prova direta

Ensina, ainda, o professor J. KELLY STRADER sobre as dificuldades da formação da prova dos chamados *white collar crimes* nos Estados Unidos da América¹³ (tradução livre):

"Uma razão pela qual os crimes do colarinho branco continuam a se difundir é que são geralmente muito difíceis de serem descobertos. Diferentemente dos crimes de rua ou comuns contra a propriedade, os crimes do colarinho branco são geralmente praticados na privacidade de um escritório ou casa, geralmente não há testemunhas, e apenas de vez em quando há

¹² Lavagem de Dinheiro, Malheiros, pag. 74, 2005

¹³ One reason *White collar crime* remains widespread is that it is often very difficult to detect. Unlike street and common property crimes, *white collar crimes* are usually committed in the privacy of a office or home: usually there is no eyewitness, and only occasionally is there a "smoking gun". Instead, the government's proof is more likely to depend on circumstantial evidence culled from a complex paper trail.





PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS - 4ª VARA

um flagrante. Ao contrário, a prova da acusação é mais provável que dependa de provas circunstanciais encontrados através da análise complexa de rastros em documentos."

Assim, a análise pericial contábil produzida pelo MPF é um indício contundente que, somada aos crimes antecedentes já analisados acima e às movimentações financeiras atípicas realizadas pelo acusado, permitem a formação de um juízo de certeza processual acerca da materialidade e da autoria destes delitos.

Frise-se ademais o que afirmado no item 2 deste *decisum*, quando da análise da preliminar ofertada pela nobre defesa. Em resumo, o réu ao não apenas se limitar a negar o fato constitutivo, mas também a alegar fato modificativo (origem diversa dos recursos) trouxe para si o *onus probandi* deste fato, mas não conseguiu se desincumbir do mesmo. Frise-se que a prova pericial de fls. 621/630 não foi tecnicamente impugnada, nem poderia este juízo determinar a produção desta prova de ofício, seja pela completude da de fls. 621/630, seja em face do fato de que se aquela viesse a confirmar a tese acusatória, alegar-se-ia, inelutavelmente, ofensa ao princípio acusatório.

Assim reitere-se que no caso em tela, a defesa não requereu a produção de qualquer prova pericial (fl. 707/708). Frise-se, outrossim, que a Ação Penal no. 470 no STF não pode servir de paradigma, *in casu*, pois: a) as ações são autônomas, v. art. 2º §1º da Lei 9613/98 e o item no. 62 de sua *Exposição de Motivos*; b) o laudo contestado pela defesa naquela Egrégia Corte tem objeto diverso da perícia que sustenta a presente ação penal (fl. 869/870); c) na AP no. 470/STF a perícia foi requerida pela própria defesa e não pelo MPF (fl. 869/870).

Conclui-se, mais uma vez, que a prova pericial antecipada, cautelar e irrepetível indicada na denúncia foi submetida ao amplo contraditório.



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS - 4ª VARA

(diferido) da defesa e encontra-se, portanto, apta a servir como fundamento para um decreto condenatório de natureza criminal, nos termos do art. 155 do CPP.

Assim posto, através da análise contábil das movimentações financeiras (*paper trail* ou *follow the money*), restou demonstrado que vultosas quantias de dinheiro proveniente das empresas envolvidas na AP 470/STF - e que tiveram seus administradores denunciados (*societas non delinquere potest*) - passaram a ser destinados ao acusado seja por meio de depósitos bancários, cheques nominais à própria emitente e endossados ao acusado ou depósitos de dinheiro em espécie, estes últimos sem identificação

Essas movimentações iniciaram-se em 29/05/2002, sempre continuada por outras aplicações inclusive a compra das referidas ações da Petrobrás e Vale do Rio Doce. Em 26/08/2005, porém, a partir da venda destas ações, o acusado foi beneficiado por uma TED (transferência eletrônica disponível) no valor de R\$ 1.846.000,00 (um milhão, oitocentos e quarenta e seis mil reais), provenientes da empresa Fração Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. Três dias após em 29/08/2005, ROGÉRIO LANZA TOLENTINO realizou uma TED em favor de seu filho Rafael Tolentino, no valor de R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais). Por fim, no dia 30/08/2005 o valor de R\$ 1.602.500,00 (um milhão, seiscentos e dois mil e quinhentos reais) foi remetido da conta de Raphael Tolentino para a instituição financeira Mundinvest S/A Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários (fls. 45 a 52)

Desta forma, historiados os fatos, pode-se concluir que os valores obtidos ilícitamente (através dos crimes antecedentes) pelos chamados agentes dos *núcleos financeiro e operacional* (SMP&B e Banco Rural) foram transferidos para ROGERIO TOLENTINO (fase de colocação



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS - 4ª VARA

ou *placement*)¹⁴. O acusado, então, entre 2002 e 2005, por meio das sucessivas aplicações, recebia os recursos ilícitos e os dissimulava, praticando, sucessivamente, as fases da lavagem de *colocação* e *dissimulação* (*placement* e *layering*). Com a compra das ações das empresas Petrobrás e Vale do Rio Doce, por fim, completou-se a lavagem (*integration*), podendo o acusado assumir 'ares de respeitável investidor, atuando conforme as regras do sistema'¹⁵ e inclusive declarando estes bens à Receita Federal

Porém, apesar da integração dos valores ilícitos recebidos por ROGERIO já estar completada, fato novo e imprevisível ocorre, ou seja, o início da investigação do chamado *Escândalo do Mensalão*. Assim, é fato notório que em 08/06/2005 foi instalada a CPI dos Correios e em 20/07/2005 a CPI do Mensalão¹⁶. Desta forma, em agosto de 2005, portanto, no auge das investigações do Congresso, acreditando possivelmente que os valores talvez não estivessem mais suficientemente separados de sua origem espúria, resolveu o acusado realizar novas operações de dissimulação (*layering*) agora usando até, em face da urgência, o seu filho Raphael.

Consta da denúncia:

A não-declaração ao fisco de que o saldo a favor de seus dependente Raphael originava-se da suposta doação feita pelo denunciado é coerente com a estratégia de dissimulação da origem desses valores pelo denunciado. Tanto assim que o valor transferido pelo denunciado, no dia 29.08.2005, a favor de seu filho Raphael, foi logo no dia seguinte, conforme os planos de ocultação de ativos formulado pelo denunciado, repassado da conta de Raphael para a corretora Mundinvest S/A Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários. Portanto, a operação inicial de

¹⁴ Ressalte-se que pela análise dos crimes antecedentes, a fase de colocação da lavagem em alguns casos, tecnicamente, iniciou-se com os co-réus da AP 470 (por exemplo, Marcos Valério Fernandes), competindo ao réu apenas a dissimulação dos valores, em outros casos não, porém, para efeitos de apuração da materialidade, *in casu*, resta apenas a certeza da participação do réu na lavagem, independentemente da fase.

¹⁵ JOSÉ PAULO BALTAZAR JUNIOR. Crimes Federais. Livraria do Advogado, pag. 562. 4ª edição, 2009.

¹⁶ [http://pt.wikipedia.org/wiki/Cronologia_dos_desenvolvimentos_do_esc%C3%A2ndalo_do_mensal%C3%A3o_\(2005\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Cronologia_dos_desenvolvimentos_do_esc%C3%A2ndalo_do_mensal%C3%A3o_(2005)).



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS - 4ª VARA

transferência dos valores para a conta de Raphael seria desnecessária totalmente dispensável não fosse a intenção, deliberada pelo denunciado usando seu filho como interposta pessoa, é dizer, como meio ou instrumento, de ocultar e dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação e propriedade da quantia R\$1 600 000,00.

Contudo, desta vez, estas operações de branqueamento foram detectadas pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras- COAF (fls.45/52), que, em conjunto com todas as provas técnicas trazidas aos autos - e não impugnadas pela defesa, vide item II desta sentença - permitiram o descortinamento dos fatos delitos imputados ao acusado

Nestes termos, tenho como provada a materialidade do delito e autoria do delito, nos termos da imputação pública.

IV-Das outras provas e das alegações da defesa

As testemunhas ouvidas, tanto da acusação como da defesa, nada contribuíram de relevante para apuração da verdade.

Ouvidas as testemunhas da acusação (CD 1, fls.786), o auditor fiscal Carlos Alberto confirmou o conteúdo do Termo de Verificação Fiscal de fls. 130/145 e afirmou que o auto lavrado contra o acusado foi mantido no mérito, mas que teve a multa derrubada. Já a testemunha Raphael foi ouvida como informante, por ser filho do acusado, tendo afirmado que o depósito foi feito por seu pai em sua conta visando escapar de uma execução do Banco BMG, mas que não sabia a origem dos valores que seu pai lhes transferiu.

As testemunhas de defesa Alexandre e Maurício (CD 2, fl.786), também auditores da Receita Federal, confirmaram apenas que participaram da elaboração de autos de infração contra empresas do acusado, conforme documento de fls 741/780 sendo que o último auditor, afirmou que procedeu a autuação da empresa do acusado com base na informações de



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS – 4ª VARA

que os valores tinham origem em honorários, mas ressaltou que não foi verificada a procedência da alegação.

Já as testemunhas Ellen (CD 3, fl 786) e Geysa (CD carta precatória, fl. 940), confirmam a boa fama da empresa SMP&B no mercado publicitário mineiro e nacional, afirmando ainda esta última (que é ré na AP 470-STF) que o acusado era "um prestador de serviço para a empresa como advogado"

Quanto à defesa técnica, entendo que todas as questões levantadas já foram enfrentadas ao longo desta decisão. Faço ainda, porém, alguns esclarecimentos sobre as seguintes alegações da defesa: quanto ao crime antecedente afirma o ilustre defensor que os valores que transitaram pela SMP&B possuíam origem lícita, quanto ao crime de lavagem de dinheiro sustentou sua improcedência alegando que os valores referidos na denúncia como objeto de branqueamento seriam valores de origem conhecida, lícita, que transitaram por contas identificadas e que foram declarados à Receita Federal. Aduz, finalmente, que o MPF nas alegações finais "não se deu ao trabalho mínimo de analisar a prova produzida (fl 965)"

Quanto à afirmação do ilustre defensor de que as alegações finais ministeriais foram apenas reterativas, nada há a sanar, já que até nos casos de pedido de absolvição pelo Ministério Público poderá o juiz proferir sentença condenatória, fulcrado no princípio da indisponibilidade da ação pública (art. 395 do CPP).

Quanto a alegação de que todos os valores que transitaram pela SMP&B possuem origem lícita, fez a defesa tal afirmação baseada no laudo de fls. 975/981, porém uma breve leitura do seu "Item IV – Resposta aos quesitos", inelutavelmente, não permite conclusão.

IV – RESPOSTA AOS QUESITOS



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS – 4ª VARA

a. Os empréstimos são verdadeiros (os valores, efetivamente saíram de contas bancárias tipo caixa, dos bancos referidos, para as contas bancárias das empresas tomadoras).

21. Sob o ponto de vista formal, as operações de crédito contratadas por SMP&B Comunicação Ltda. e GRAFFITI Participações Ltda. junto ao Banco Rural, nos anos de 2003 e 2004, são verdadeiras. Ou seja, houve transferência de recursos oriundos da instituição financeira creditados em favor dos tomadores dos empréstimos, conforme verificado nas informações bancárias extraídas das quebras de sigilo bancário dos investigados, consolidados por ocasião da CPMI do Mensalão e nos extratos bancários constantes nos autos.

22. Não há documentos nos autos que comprovem ou não a celebração de operações de crédito com a empresa Rogério Lanza Tolentino & Associados, junto ao Banco Rural, no período de 2003 e 2004. Contudo a Informação nº 01, 2009-DITEC/DPE, de 21.08.2009, solicita a relação de operações de crédito obtidas por esse investigado junto aos bancos Rural e BMF, cuja análise será objeto de novo Laudo.

b. A soma total dos recursos financeiros efetivamente obtidos com estes empréstimos?

23. Ressalte-se que foram desconsiderados do total de recursos obtidos os recursos destinados a "rolar" empréstimos anteriores.

24. O valor líquido total obtido com operações de crédito junto ao Banco Rural pela empresa GRAFFITI Participações Ltda. no ano de 2003 foi de R\$9.975.400,00. No ano de 2004 não houve celebração de operações de crédito.

25. Quanto à empresa SMP&B Comunicação Ltda., foram obtidos R\$18.929.111,00, em 2003, em decorrência de da contratação de operações de crédito junto ao Banco Rural. Em 2004, o total obtido foi de R\$814.518,69.

26. O Quadro 6, constante do subitem III – EXAME, contém resumo dos totais contratados, líquidos e creditados nos anos de 2003 e 2004 de ambas empresas. Consolidando foram



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS – 4ª VARA

disponibilizados pelo Banco Rural RS 29 717 029 60, da seguinte forma

27 Não consta dos autos documentos bancários da empresa Rogério Lanza Tolentino e Associados que comprovem ou não a celebração de operações de crédito junto ao Banco Rural nos anos de 2003 e 2004, entretanto a informação 021-2009-DITEC/DPE, de 21/08/2009 solicita aos referidos bancos resumos das operações de crédito desse investigado.

Outrossim, tanto a análise contábil de fls. 621/630 – fulcrada, por sua vez, na perícia do Instituto Nacional de Criminalística – realizadas na AP 470-STF e juntadas aos autos - quanto tudo o que exposto quando da análise dos crimes antecedentes, permite que se afirme que não assiste razão ao ilóito defensor.

Ressalte-se, outrossim, que restou provado que a empresa de publicidade SMP&B era reconhecida no mercado mineiro e nacional como uma empresa de projeção e competência, porém, a análise dos crimes antecedentes também mostrou que a partir de determinado momento - que aparentemente coincide com o ingresso do senhor Marcos Valério Fernandes no quadro social da empresa - a agência passou a ser envolvida por seus dirigentes em atividades ilícitas. Tal, comunhão de atividades ilícitas e lícitas é inclusive uma das características das grandes operações de branqueamento de capitais praticados por organizações criminosas em todo o mundo.

Nesse sentido,

"Oni não só as redes ilícitas entrelaçarem-se intimamente com as atividades lícitas do setor privado, como também estarem profundamente entranhadas no setor público e no sistema político. E, à medida que se expandem em direção a empresas privadas lícitas, partidos políticos, parlamentos, governos locais, grupos de comunicação, tribunais, exércitos e setores beneficentes, as redes



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS – 4ª VARA

de tráfico assumem uma influência poderosa – e em certos países, sem igual – nas questões de Estado.¹⁷

Esse entrelaçamento de atividades lícitas com ilícitas e, portanto, de dinheiro limpo com dinheiro sujo, isto é, de origem criminosa torna a prova da lavagem mais difícil, como já afirmado. Nos Estados Unidos da América, inclusive, as cortes federais vem decidindo que a mistura de valores (lícitos e ilícitos) e a consequente dificuldade da formação da prova da materialidade da lavagem, não pode servir como meio para o que acusado furte-se aos efeitos penais de sua conduta¹⁸ (tradução livre)¹⁹

“No caso Johnson²⁰ discutido acima, o Tribunal considerou que o rastreamento não é necessário. O réu tinha misturado dinheiro sujo com limpo em sua conta bancária. Dos US \$ 5,5 milhões em depósitos, cerca de US \$ 1,2 milhão não poderia vinculado à atividade ilegal. A condenação do acusado pelo § 1957 foi baseada em retirada de US \$ 1,8 milhão da conta. O governo não poderia provar que todos os US \$ 1,8 milhão eram necessariamente decorrentes de fundos obtidos ilegalmente, alguns dos US \$ 1,8 milhão constituiriam fundos legítimos. No entanto a Corte de Apelações do Décimo Circuito confirmou a condenação pelo fato de que a acusação não é obrigada a provar que o dinheiro não poderia ter uma origem legítima. Caso contrário, decidiu o tribunal, indivíduos [poderiam] evitar a perseguição simplesmente misturando fundos legítimos com produtos do crime. Isso

¹⁷ ARDRETS NAIM, Hicito Jorge ZAHAR Editor, Rio de Janeiro, 2006, II 13

¹⁸ Understanding White Collar Crime, Second Edition, Lexis Nexis, United States, 2006, p. 301, 302

¹⁹ In the Johnson case discussed above, the court held that tracing is not required. The defendant had mixed both tainted and clean money in his bank account. Of the \$ 5.5 million in deposits, approximately \$1.2 million could not be traced to illegal activity. The defendant's § 1957 conviction was based upon a \$ 1.8 million withdraw from the account. The government could not prove that all the \$ 1.8 million necessarily involved the illegally-derived funds, some of the \$ 1.8 million may have represented legitimate funds. Nonetheless, the Tenth Circuit upheld the conviction on the ground that the government is not required to show that the money could not have possibly come from a legitimate source. Otherwise, the court said, individuals [could] avoid prosecution simply by commingling legitimate funds with proceeds of crime. This would defeat the very purpose of the money-laundering statutes.

²⁰ Johnson v. United States



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU

1ª SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS – 4ª VARA

acabaria com o próprio propósito das leis anti-lavagem de dinheiro”.

Quanto à alegação de que os valores, principalmente, referentes aos de aquisição e venda das ações referidas na denúncia foram declaradas à Receita Federal, *momento se fora do prazo legal*, reitero que a declaração de bens ou valores não significa necessariamente que sua origem remota é lícita. Como dito, integrado o bem ao patrimônio, completou-se a lavagem (*integration*), podendo o acusado assumir “*ares de respeitável investidor, atuando conforme as regras do sistema*”²¹ e inclusive declarando estes bens à Receita Federal.

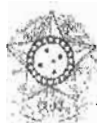
Não ingressando na complexa questão da tributação de atos ilícitos²² mas partindo da premissa de que fatos típicos penais não podem constituir hipóteses de incidência de obrigações tributárias principais (v.g., imposto de renda sobre o valor *recebido* na corrupção passiva), compete às administrações tributárias apenas verificar a ocorrência do fato gerador (art. 142 do CTN), isto é tributar a disponibilidade financeira declarada, mas não investigar com a profundidade exigida na persecução penal, a origem criminosa de certas rendas ou receitas (princípio do *non olet*)

Reitere-se inclusive que a testemunha Maurício Pinto Lucas (CD 2, fl. 786), auditor da Receita Federal, afirmou no final de seu depoimento que procedeu a autuação da empresa do acusado com base na informações de que os valores tinham origem em honorários advocatícios, mas ressaltou que não foi verificada a procedência da alegação.

Por fim, a natureza do lançamento tributário lavrado contra o réu e suas empresas ou o fato do filho do acusado Raphael ter também

²¹ JOSÉ PAULO BALTAZAR JUNIOR. *Criminais Federais: Livro do Advogado*, pág. 562. 4ª edição, 2009.

²² ALFREDO ALEVISIO RECKER. *Teoria Geral do Direito Tributário*. Capítulo V, § 3º. 3ª edição, 1998.



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS – 4ª VARA

declarado os valores que recebeu não interferem na dinâmica do crime ora sob julgamento. Em resumo, o ato de declarar certos bens, direitos ou valores não é nem pode ser usado como causa excludente de ilicitude, nem do crime antecedente nem muito menos da lavagem de dinheiro

Por fim, frise que os embargos de declaração noticiados nas alegações finais foram rejeitados, pela segunda vez, em 12.08.2010 conforme noticiado no endereço eletrônico do Supremo Tribunal Federal²³.

*“Por fim, foram analisados embargos de declaração (segundos) da defesa do réu **Rogério Lanza Tolentino**, que alegava haver contradição no fato de o Plenário ter recebido a denúncia contra ele pelo crime de lavagem de dinheiro, o rejeitado quanto aos crimes de corrupção ativa, peculato e evasão de divisas*

Mais uma vez, o ministro explicou que o caso já foi analisado pelo Pleno – esses são os segundos embargos, opostos contra decisão na análise dos primeiros embargos, explicou o ministro ao rejeitar o recurso. A decisão, neste último ponto, foi unânime.

Rogério Tolentino é um dos 39 reus que constam na ação penal relativa ao caso do chamado mensalão. Ele é apontado na denúncia como sócio de Marcos Valério e acusado de ser o operador do suposto esquema de desvio de dinheiro para compra de apoio político. Ele responde pelo crime de lavagem de dinheiro

Assim, instruído o feito, pode-se concluir que **ROGERIO LANZA TOLENTINO** praticou o delito de lavagem de dinheiro, mediante atos de dissimulação e ocultação da natureza, origem, localização, disposição, movimentação e propriedade de bens, direitos ou valores provenientes de crimes (anteriores) contra a administração pública, o Sistema Financeiro

²³ <http://www.stj.jus.br/portal/portal/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=357784>, site acessado em 20.08.2010



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS – 4ª VARA

Nacional e praticados por organização criminosa (art. 288, caput, do Código Penal)

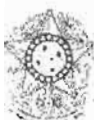
É certo, ainda, que tal conduta se deu com habitualidade, isto é, no período compreendido entre 29 de maio de 2002 e 30 de agosto de 2005 foram realizadas diversas operações e movimentações financeiras, com o fim de colocar, dissimular e integrar à legalidade valores originalmente provenientes de atividades criminosas. Nesses termos, na forma dos arts. 383 e 385 do CPP reconheço a existência de causa de aumento de pena pela habitualidade – e não por organização criminosa como pedido pelo MPF – já que diferentemente dos crimes antecedentes, o crime de lavagem sob apreciação foi praticado apenas pelo acusado, tendo o MPF, corretamente, não denunciado Raphael Soares Tolentino.

III - Dispositivo

Assim posto, JULGO PROCEDENTE a pretensão punitiva do Estado para condenar **ROGERIO LANZA TOLENTINO**, pela prática do delito previsto no art. 1º, V, VI e VII e §4º da Lei 9.613/98

Passo à dosimetria da pena

Da análise das circunstâncias judiciais verifico que enseja especial *reprovabilidade* a conduta do réu, pois como ensinam MIGUEL REALE JÚNIOR, RENNÉ ARIEL DOTTI, RICARDO ANTUNES ANDREUCCI e SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO, apud GUILHERME DE SOUZA NUCCI a "culpabilidade *incide tanto sobre o fato, quanto sobre seu autor*"



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS – 4ª VARA

estando ambos, a merecerem grave censura penal²⁴ não só em face dos meios, mas dos fins e das circunstâncias em que o delito foi praticado²⁵

Não há prova de maus antecedentes ou conduta anti-social do réu (Súmula 444 do STJ). Na verdade, a prova que integra os autos (fls. 414/415) demonstra a invejável inserção social do sentenciado que era um advogado experiente, tendo inclusive, exercido entre outras funções de destaque, uma vagas das reservadas à Advocacia previstas na Constituição para a composição do Tribunal Regional Eleitoral

Quanto à personalidade, esta não se revela psicopática²⁶, mas sim anômica²⁷ ao demonstrar um elevado desprezo à lei, mais especificamente, face à atitude de mesclar crimes financeiros graves com a sua atividade profissional. Ademais, as funções de destaque que o acusado exerceu e que demonstram sua perfeita integração à sociedade, permitem que aqui se faça a assertiva de HERMANN MANNHEIM em sua obra *Criminologia Comparada*,²⁸ de que "O delinqüente de colarinhos brancos não é um caminso político nem um revoltado. Mais do que revoltar-se contra as iniquidades da sociedade, ele explora as suas fraquezas."

A motivação do crime foi a ganância aliada à certeza da impunidade – que, frise-se, não se confunde com o elemento subjetivo do tipo²⁹

Individualização da pena. 2ª edição, RJ, 2007, fl.171

²⁴Podemos considerar que a culpabilidade prevista neste artigo, é o conjunto de todos os elementos subjetivos nítidos. (CULHIFERRE DE SOUZA) Individualização da pena. 2ª edição, RJ, 2007 fl.171

²⁵Entre outras "Hiperintoxicação, depressão moderada, fadiga crônica, labores de higiene excessivos, fúria, abúlicos e astúcia" (Antonio Garcia-Pablos de Molina e Luiz Flávio Gomes. *Criminologia*, 4ª. Ed. RJ, fl.310)

²⁶São os comportamentos transgressores ou comportamentos desviantes de norma relevante gerando um estado de contensão de ilegalidade (Horkheim, um estado de anomia causada de ruptura da lei ou sua regulamentação) (Manual de Criminologia, Frederico Abrúcio de Oliveira, 2ª edição edit. Sagra (DCL) edit. Porto Alegre, 1996, pag. 54.

²⁷ Lisboa, Fundação Calisto Tanzi, 1988, vol.2, pag.721-722

²⁸Como ensina o professor Guilherme de Souza Nucci: "Outro aspecto a considerar para demonstrar a falta de um motivo e dolo na culpa é o que o motivo (ganância, por exemplo) pode ser satisfeito por outros meios, que não o crime, logo sem dolo". (Por isso a culpa para aqui não é elemento do crime a culpabilidade apenas subjetiva) Individualização da Pena, 2ª. Edição, revista e ampliada, ed. 2007, pag. 299)



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS – 4ª VAPA

As circunstâncias do crime são extremamente desfavoráveis ao réu, já que o delito era absolutamente desnecessário a qualquer aspecto da vida do homem ora sob julgamento, que era um advogado experiente, possuía excelente condição financeira, saúde e uma família constituída.

As consequências do crime de lavagem de dinheiro são graves, pois como concluiu TIAGO IVO ODON em artigo publicado na REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA do SENADO FEDERAL .

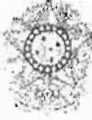
*"Uma das suas peculiaridades, talvez compartilhada por outros crimes de caráter financeiro, é a produção de efeitos por toda a sociedade. Em outras palavras, ele afeta tanto o Estado como o cidadão comum. Se as taxas de juros estão muito altas, a lavagem de dinheiro pode ser uma das causas; se os preços de imóveis não param de subir num pequeno bairro litorâneo, a lavagem de dinheiro pode ser uma explicação; se o real deu um salto de desvalorização em certo período, a lavagem de dinheiro pode estar por trás; se a taxa anual de crescimento do PIB está caindo ou o governo tem dificuldades para cumprir suas metas de superávit fiscal, a lavagem de dinheiro pode ser uma variável importante."*²⁰

Quanto ao comportamento do ofendido, não se pode afirmar que tenha contribuído para o delito.

Nestes termos, analisando as circunstâncias judiciais em seu conjunto fixo a pena base em 5 anos e seis meses de reclusão.

Não há circunstâncias atenuantes ou agravantes, nem causa de diminuição. Há, porém, a causa de aumento de pena prevista no §4º, do art. 1º da Lei 9.513/98, razão pela qual, tendo em conta o número de condutas

²⁰ Brasília, Ano 40, no 160. Lavagem de Dinheiro os efeitos macroeconômicos e o bem jurídico tutelado. SENADO FEDERAL, 2003.



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS - 4ª VARA

ilícitas, majoro a pena base em 1/3 e fixo a pena definitiva em 7 anos (sete) anos e quatro meses de reclusão

Quanto à multa, fixo a condenação em 252 dias multa, à base de 5 (cinco) salários mínimos (art. 60 do CP). Tendo em vista, porém, que a privilegiada situação econômica do acusado (provada nos autos pelas DIRPF), poderá tornar ineficaz a pena pecuniária, aumento em três vezes o valor do dia multa³¹, na forma disposta no §1º do art. 60 do CP. Assim, quanto à multa fixo a condenação em 252 dias multa, à base de 15 (quinze) salários mínimos, isto é, fixo a pena pecuniária 3.780 (três mil setecentos e oitenta mil) salários mínimos³² (em valores vigentes à época do fato). Frise-se que a correção monetária deverá incidir sobre o valor da multa desde a data do fato.

Em atenção ao que dispõe o § 2º, "b", do art. 33 do CP, estabeleço, como regime inicial de cumprimento da pena, o semi-aberto.

Prejudicada eventual consideração tocante à suspensão condicional da pena, à vista da ausência dos requisitos do art. 77 do CP.

Outrossim, conforme relatado, em 18 de fevereiro de 2009 foi determinado o sequestro de valores do acusado (v. fls. 11/16 e 44/45 do processo 2007.38.00.039167-4 em apenso) com fundamento nos arts. 126 e 132 do CPP e para os fins do art. 91, II, do CP.

Ante a presente condenação do réu, decreto o perdimento dos valores sequestrados às fl.51 do processo 2007.38.00.039167-4 em apenso constantes da conta 0621- 005- 00417700-0 (CEF- PAB Justiça Federal), nos termos do art. 91, II, b do Código Penal e art. 7º I da Lei

³¹ O momento incidirá sobre o valor do dia multa, vide Celso Delmanto e outros, Código Penal comentado, Renovar 2002, pag.116.

³² "Como um dos crimes econômicos, deve ser dada especial preferência a penas pecuniárias" (Alencar 2002: 26). (JOSÉ PAULO BALTAZAR JUNIOR, Crimes Federais, Lumen do Advogado, pag. 578, 4ª edição, 2009).



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS - 4ª VARA

9.613/98 Tendo em vista a informação de fls. 44 dos autos da medida cautelar, comunique-se a MM Juízo da 23ª Vara de Execuções Fiscais desta Seção Judiciária

Ainda como efeito da condenação, decreto a interdição do sentenciado ROGÉRIO LANZA TOLENTINO para o exercício de cargo ou função pública de qualquer natureza e de diretor, de membro de conselho de administração ou de gerência das pessoas jurídicas referidas no art. 9º da Lei 9.613/98, pelo dobro do tempo da pena privativa de liberdade, isto é, pelo prazo de 14 anos e oito meses.

Por fim, concedo ao réu o direito de responder em liberdade, por não verificar presentes os requisitos necessários à decretação de sua prisão cautelar. O réu respondeu o feito em liberdade, possui endereço fixo, não há indícios que se funará a aplicação da lei penal, tem bons antecedentes e é primário.

Comunique-se o Relator da AÇÃO PENAL 470-STF, eminente Ministro Joaquim Barbosa do Supremo Tribunal Federal, do conteúdo da presente sentença, acompanhado o ofício de cópia.

Transitada em julgado esta sentença, lance-se o nome dos sentenciados no rol dos culpados, fazendo-se as anotações, comunicações e registros de estilo. Custas pelo sentenciado

P.R.I.

Belo Horizonte, 30 de agosto de 2010


Juiz ALEXANDRE BUCK MEDRADO SAMPAIO

4ª Vara Criminal
Seção Judiciária de Minas Gerais